



IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTEÇAO: EXCESSO DE EXECUÇÃO SEM DEMONSTRATIVO DE CALCULOS

Autor(es)

Felipe Rossi De Andrade
Anny Karoliny Galvao Dos Santos Silva

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O excesso de cálculos é uma das várias causas que o executado pode usar como teses defensiva na fase de cumprimento de sentença, porém o que muitos deixam passar e que aquele que alega tem que provar e uma vez alegado excesso na fase de cumprimento executado deve mostrar o seu próprio demonstrativo de cálculo com em uma petição simples pedindo uma impugnação no cumprimento. Porém o que ocorreu aqui foi que não houve o respectivo cálculo fazendo com que o acordão rejeitasse o pedido liminarmente sob o fundamento que a devedora deixou de apresentar a planilha com os cálculos devidamente ajustados.

Objetivo

A demonstração de cálculos na fase de cumprimento é algo de extrema importância, pois é dali que o juiz vai pedir a execução e o cumprimento com base nos dados e nos pedidos a partir deste ponto ele tem algo para se basear e uma vez alegado o excesso sem que tenha o demonstrativo de cálculos o juiz não poderá acatar o pedido, pois o demonstrativo é um dos requisitos previstos em lei.

Material e Métodos

Foi feita uma análise do processo 07499779-13.2020.8.07000 e do capítulo do cumprimento de sentença do nosso CPC o art. 525 § 1º e 4º que diz sobre justamente não apresentar a planilha de cálculos que visa nos ajudar a entender um pouco mais como funciona o juntamente com a jurisprudência do TJDFT. Assim conseguindo fazer uma análise mais concisa sobre o tema e expressar o entendimento subjetivo do caso abordado, que creio ser de grande relevância para o nosso meio atual em que muitas das vezes não nos observamos ao pedido claro da lei e da sua forma de execução em vários processos. Que foi de grande valia.

Resultados e Discussão

Nessa discussão, podemos observar que o acordão foi bem consistente e rejeitou o pedido da devedora alegando que a petição juntada não cumpria todos os requisitos legalmente previstos em lei, para que se pudesse haver uma ideia de excesso, portanto assim o acordão rejeitou o pedido da impugnação apresentada. E assim, a executada teria que entrar com um novo pedido ou emendar a sua petição para que o novo magistrado pudesse analisar e ou um novo acordão. Podemos ver que o acordão foi bem conciso em seu voto.



Conclusão

Não podemos deixar de enfatizar o quanto o acordão foi importante em sua tomada de decisão, em uma forma clara e concisa sobre como e importante seguir todos os requisitos previstos em lei para que a aplicação da mesma seja objetivada ao seu real funcionamento sem deixar escapar uma parte se quer da mesma, exigindo os cálculos na juntada da petição, já que uma vez alegada o excesso se deve provar e demonstrar os cálculos efetivamente corretos para que haja uma nova análise do caso sanar caso tenha havido algum erro.

Referências

Excesso de execução – indicação do valor correto com demonstrativo de cálculo – apresentação “ab initio”. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-em-detalhes/execucao-e-cumprimento-de-sentenca/excesso-de-execucao-2013-indicacao-do-valor-correto-com-demonstrativo-de-calculo-2013-apresentacao-ab-initio>>. Acesso em: 24 abril. 2025.

Exe c u ç ã o e c u m p r i m e n t o d e s e n t e n ç a . D i s p o n í v e l e m : <<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-em-detalhes/execucao-e-cumprimento-de-sentenca>>. Acesso em: 24 abril. 2025.

MOLLICA, R. Art. 535 do CPC e a juntada dos cálculos pela Fazenda Pública. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/cpc-na-pratica/345451/art-535-do-cpc-e-a-juntada-dos-calculos-pela-fazenda-publica>>. Acesso em: 24 abril. 2025.